

UNIVERSIDADE METODISTA DE PIRACICABA

POLÍTICA ACADÊMICA

3.^a edição

INSTITUTO EDUCACIONAL PIRACICABANO – IEP

PRESIDENTE DO CONSELHO DIRETOR

Luiz Alceu Saporolli

DIRETOR GERAL

Almir de Souza Maia

VICE-DIRETOR

Gustavo Jacques Dias Alvim

SECRETÁRIO EXECUTIVO

Luis de Souza Cardoso

UNIVERSIDADE METODISTA DE PIRACICABA – UNIMEP

REITOR

Gustavo Jacques Dias Alvim

VICE-REITOR ACADÊMICO

Sérgio Marcus Pinto Lopes

VICE-REITOR ADMINISTRATIVO

Arsênio Firmino de Novaes Neto

COLÉGIO PIRACICABANO

DIRETOR

Almir Linhares de Faria

EDITORA UNIMEP

CONSELHO DE POLÍTICA EDITORIAL

Gustavo Jacques Dias Alvim (presidente)

Sérgio Marcus Pinto Lopes (vice-presidente)

Amós Nascimento

André Sathler Guimarães

Antonio Roque Dechen

Cláudia Regina Cavaglieri

Denise Giacomo da Motta

Marco Polo Marchese

Nelson Carvalho Maestrelli

COMISSÃO DE LIVROS

André Sathler Guimarães (presidente)

Cláudio Kirner

Dorothee Susanne Rüdiger

José Carlos Barbosa

Luis A. Calmon Nabuco Lastória
Valdemir Pires

EDITOR EXECUTIVO
Heitor Amílcar da Silveira Neto

UNIVERSIDADE METODISTA DE PIRACICABA

POLÍTICA ACADÊMICA

3.^a edição

Editora UNIMEP

Copyright © 1996 da Editora UNIMEP
DOCUMENTOS INSTITUCIONAIS, 3

FICHA CATALOGRÁFICA

Instituto Educacional Piracicabano.

Política Acadêmica; prefácio: Gustavo Jacques Dias Alvim. 3.^a ed. Piracicaba: Editora UNIMEP, 2004.

29p. 21cm. (Documentos Institucionais, 3)

1. Universidade Metodista de Piracicaba – Política Acadêmica

CDU – 378.4 (816.12PI)

ISBN 85-85541-45-8

Coordenador editorial
Heitor Amilcar da Silveira Neto

Secretária
Ivonete Savino

Assistente administrativo
Altair Alves da Silva

Bolsista atividade
Alex Garcia Calmont de Andrade

Ficha catalográfica
Regina Fraceto

GRÁFICA UNIMEP
Coordenação
Carlos Terra

Editoração eletrônica
Carla Cynthia Smanioto

Revisão gráfica
Juraci Vitti

Capa
Wesley Lopes Honório

Editora UNIMEP
www.unimep.br/editora
Rodovia do Açúcar, km 156
Tel./fax: 55 (19) 3124-1620 / 3124-1621
13.400-911 – Piracicaba, São Paulo/Brasil
E-mail: editora@unimep.br

PREFÁCIO À TERCEIRA EDIÇÃO

No dia 24 de abril de 1992, o Conselho Universitário aprovou um documento, a chamada **Política Acadêmica**, que incorporou toda a longa *práxis* unimepiana, isto é, o processo de ações e reflexões sobre essas ações que têm acompanhado a Universidade Metodista de Piracicaba desde a sua criação. Mais de uma década se passou desde então. Esgotada já há longo tempo a sua segunda edição, impunha-se reeditá-la. *Primeiro*, por constituir-se espécie de “carta magna” e, por essa razão, estar sendo constantemente referida nos debates em curso na Instituição. *Segundo*, pelo fato de que a cada ano vão se recompondo os corpos docente, discente e funcional na Instituição, pela entrada de colaboradores, que precisam conhecer o fundamento do papel que deles e delas espera a comunidade. *Terceiro*, porque ela é a materialização de todo um movimento acadêmico que vem construindo a proposta da UNIMEP e, como tal, tem o papel de mantê-lo vivo.

A Política Acadêmica não é, e nem pode ser, camisa de força para a comunidade que a elaborou. Não pode ser compreendida como base para um fundamentalismo acadêmico que impeça a liberdade e a criatividade. Ao mesmo tempo, no entanto, ela se impõe como um documento oficial, gerado coletivamente e aprovado por todos os órgãos superiores da Universidade. Falando-se analogamente, guarda o mesmo caráter da Constituição brasileira, que tem de ser cumprida por ser hierarquicamente superior a todas as demais normas legais. É difícil deixar de reconhecer que a Política Acadêmica possui caráter mandatório, a ser respeitado e aceito, especialmente por ela caracterizar-se não como um estatuto ou regulamento, mas como um “sistema de valores e ações que devem orientar a vida universitária e sua relação com a sociedade”.

A partir de tal conjunto sistêmico, e no decorrer dos anos transcorridos desde a aprovação deste documento, foram sendo fixados os seus desdobramentos para a compreensão e estruturação da pesquisa e da extensão, que tiveram suas respectivas políticas aprovadas tanto pelo Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão (CONSEPE) como pelo Conselho Universitário (CONSUN). Estes mesmos fundamentos foram a base para a elaboração dos Projetos Pedagógicos, hoje já aprovados para a grande maioria dos Cursos da Universidade e ainda em construção para cada novo Curso implantado nestes últimos anos. Serviu também para orientar o processo de capacitação docente – com políticas próprias para cada Faculdade – e o projeto de estruturação da Universidade ao redor de um “corpo docente constituído na sua maioria por professores em regime de dedicação, parcial ou integral”. É ainda sobre esse sistema de valores que está sendo desenvolvido o processo da Avaliação Institucional, aliás já concebido e delineado concomitantemente à implantação da própria Política Acadêmica.

Evidentemente, os processos decorrentes da Política Acadêmica não terminaram. Em 2001, o CONSEPE constituiu Grupo de Trabalho, encarregando-o de elaborar a Política de Ensino, ainda não finalizada. Em que pese a existência de diretrizes para uma política administrativa, não foi iniciada reflexão mais aprofundada sobre o modo de a Universidade administrar-se, o que deverá levar à elaboração de uma política específica para essa área. Esta deverá orientar o chamado “Processo Administrativo”, tanto na sua instância Administrativo-Acadêmica como na

infraestrutura de apoio, tal como as identificava, já em 1992 – ao lado do Processo de Ensino –, a própria Política Acadêmica.

O Grupo de Trabalho, nomeado para a revisão deste texto em sua terceira edição – liderado pelo Vice-Reitor Acadêmico da gestão anterior, Prof. Ely Eser Barreto César –, decidiu adotar, como critério para seu trabalho, a introdução apenas das alterações minimamente necessárias no texto da Política Acadêmica, a fim de torná-lo mais atualizado. As responsabilidades das instâncias existentes na estrutura da Universidade ao tempo em que a Política foi escrita (Centros, Departamentos) foram descritas novamente à luz das alterações introduzidas posteriormente na estrutura da Universidade.

A expectativa é a de que esta reedição da Política Acadêmica permita à comunidade – em constante renovação – manter-se atenta e fiel às diretrizes que ela mesma instituiu para orientação da vida universitária.

GUSTAVO JACQUES DIAS ALVIM
Reitor

Sumário

APRESENTAÇÃO (à primeira edição)

MANIFESTAÇÃO DO CONSELHO DIRETOR

POLÍTICA ACADÊMICA

APRESENTAÇÃO (à primeira edição)

Após ampla discussão institucional e aprovação pelos Órgãos Colegiados da Universidade, apresentamos o documento “Política Acadêmica da Universidade Metodista de Piracicaba”, em sua forma hoje acabada. Já nessas primeiras linhas se podem identificar três características do processo e de seu resultado,

Em primeiro lugar, a Política Acadêmica passou, como proposta, por um extenso e cuidadoso estágio de discussão, coordenado pelo Conselho de Coordenação do Ensino, Pesquisa e Extensão, envolvendo as unidades acadêmicas, grupos de trabalho, seminários e, no momento final, o Conselho Universitário e o Conselho Diretor, que a aprovaram, na condição de Colegiados responsáveis pela gestão da Instituição.

Em segundo lugar, deve-se focalizar o caráter do documento. Não se trata de um estatuto ou regulamento a delimitar destinos, ações, responsabilidades, metas fechadas e medidas rígidas. O que se tem é a Política Acadêmica entendida como “um sistema de valores e ações que devem orientar a vida universitária e sua relação com a sociedade” (p. 17) A construção da proposta se prolonga e se desenvolve na constituição da implementação, que reconstrói permanentemente o projeto.

Esta dinâmica implica possibilidade de falar numa forma, em certo sentido, hoje acabada. Há uma forma construída para o presente, mas não uma construção definitiva.

A contribuição de muitos foi importante no processo de elaboração da proposta, e a todos se deve expressar os mais reconhecidos agradecimentos.

Por fim, quanto à Política propriamente dita, deve ficar bem claro que a sua elaboração faz parte do processo de institucionalização que visa a ordenar a vida da UNIMEP segundo diretrizes que orientem o seu desenvolvimento e consolidem a sua proposta de Universidade diferenciada, que prioriza a qualidade acadêmica em todos os níveis, bem como o compromisso de participação no processo de construção da cidadania como patrimônio da sociedade brasileira.

Nesse sentido, a UNIMEP tem passado, ao longo da sua existência, por várias etapas e experimentado constante evolução na busca da configuração da sua identidade a partir do efetivo envolvimento dos seus colegiados e segmentos.

São claros sinais dessa evolução. Entre outros avanços, a crescente atuação dos colegiados superiores; a priorização em recursos humanos; a aprovação do Estatuto do Magistério Superior com seu plano de carreira; a ampliação do quadro de professores no Regime de Dedicção; o Fundo de Apoio à Pesquisa; os constantes investimentos no aparelhamento dos laboratórios e na atualização das bibliotecas; o estímulo à publicação de livros e revistas pela Editora UNIMEP; e a evolução do Programa de Pós-Graduação em Educação, com o oferecimento da área de Educação Motora no Mestrado, o início do Doutorado, a criação da área de Ensino de Ciências no Mestrado em Educação, os adiantados estudos para o oferecimento do Mestrado em Gerência de Produção e as discussões preliminares para o Mestrado em Direito. A modernização administrativa, com a informatização de boa parte dos sistemas administrativo e acadêmico, é também um indicação do caminho adotado.

A Política Acadêmica se inscreve nesta seqüência escrita a partir da prática pretérita e presente. Sua inserção no cotidiano da Universidade depende tão-somente de vontade política, especialmente pelo muito que, felizmente, tem de utopia.

O documento recupera aspectos da experiência da Instituição, notadamente a partir de 1978, e sinaliza uma trajetória que se quer seguir. A discussão dessa Política foi orientada pelo Conselho de Coordenação do Ensino Pesquisa e Extensão (CEPE),¹ que fez realizar dois fóruns específicos, em 1990 e 1991, e um seminário especial no início de 1992. Deles participou grande parte da comunidade, inclusive membros do corpo técnico e administrativo da Instituição.²

Como decorrência desse processo, no final de 1991, o CEPE aprovou em primeira instância, por unanimidade, a proposta de Política Acadêmica, após fazer pequenas alterações na redação do documento apresentado por um Grupo de Trabalho, também encarregado de incorporar as sugestões e dar redação final ao texto. O documento final foi aprovado pelo Conselho Universitário em reunião realizada no dia 24 de abril de 1992. Sobre ele se manifestou favoravelmente também o Conselho Diretor do Instituto Educacional Piracicabano, em reunião do dia 29 de abril daquele ano.

Estamos seguros de que a Política Acadêmica é um sólido indicativo de que a UNIMEP vive mesmo um momento privilegiado por conseguir produzir o seu projeto político-pedagógico numa conjuntura de profunda crise no país, neste momento em que a educação, em particular, atravessa uma das fases mais dramáticas da sua história e exige das universidades muito de criatividade e compromisso. O exercício dos preceitos constitucionais da autonomia e da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão deve apontar para o pleno desenvolvimento da cidadania, definida em nossa lei maior como um dos fundamentos da República e um dos objetivos básicos da educação.

A Política Acadêmica constitui-se numa “peça normativa das práticas acadêmicas/administrativas”, razão pela qual preconiza “um sistema de valores e ações que devem orientar a vida universitária e sua relação com a sociedade”. O seu eixo ético fundamental – a “construção da cidadania enquanto patrimônio coletivo da sociedade civil” – parte da “realidade objetiva da Universidade, de sua natureza particular e confessional, com espírito público e comunitário, que é o seu concreto”.³

Essa linha de compromisso reafirma o diálogo da Universidade com as propostas educacionais da Igreja Metodista, especialmente nas suas “Diretrizes para a Educação”, quando declaram que “não se pode mais aceitar uma educação elitista que discrimina e reproduz a situação atual do povo brasileiro, impedindo transformações substanciais em nossa sociedade. Também não podemos nos conformar com a tendência que favorece a imposição da cultura dos poderosos, impedindo a maior participação das pessoas e aumentando cada vez mais seu nível de dependência”.⁴

Certamente, uma leitura dos documentos revela uma convergência entre os dois, a despeito de terem escopo e linguagem diferentes.

A Política Acadêmica também se identifica com os planos de trabalho das gestões 1986-1990 e 1991-1994, aprovados pelos colegiados superiores. No plano de 1986-1990, afirmava-se

¹ Nota do Editor (N.E.): a partir de janeiro de 1999, com a introdução de uma nova estrutura na UNIMEP, o CEPE passou a denominar-se CONSEPE (Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão).

² Para um melhor entendimento do processo, recomendamos a leitura do livro *Em Busca de uma Política Acadêmica* (Piracicaba: Editora UNIMEP, 1991, 127p.), que sintetiza os fóruns de 1990 e 1991.

³ “Política Acadêmica”, tópico II.

⁴ “Diretrizes para a Educação na Igreja Metodista”, sancionado pelo XIII Concílio Geral da Igreja Metodista, em 1982.

que “a prática e a vocação da UNIMEP, como Universidade particular e confessional”, porfiaram por “um modelo em que o ensino, a extensão e a pesquisa” fossem sistematicamente integrados e voltados para os problemas de uma sociedade desigual”.⁵ No plano de 1991-1994, estabelecemos como objetivos orientar as atividades da Universidade de modo a “contribuir para a construção da cidadania enquanto patrimônio coletivo” e “procurar ordenar o processo institucional interno tendo como base a Política Acadêmica colegiadamente adotada” e tomada como “expressão de nossa identidade” e eixo do “crescente processo de institucionalização da Universidade”.⁶

Por representar um horizonte a se percorrer, a Política Acadêmica não deve ser tomada como parte de um processo que deve culminar na sua efetiva implantação no cotidiano. Essa implementação da prática universitária, por significar um processo de mudança, pode desestabilizar aqueles que não se encontram preparados para alcançar a dimensão do seu significado. Por isso, depende da vontade política de todos quantos tenham um papel a desempenhar nesse processo, especialmente dos professores, como interlocutores fundamentais na produção e transmissão do conhecimento. Em outras palavras, ela precisa permear todas as atividades daqueles que constroem a Universidade, seja nos espaços nos quais se desenvolve o Processo Pedagógico, seja nos setores que operacionalizam o Processo Administrativo.

Por se tratar de um programa em desenvolvimento, exige continuadas reflexões e coloca o desafio da sua articulação com todo o processo institucional. A sua implementação certamente requererá o indispensável acompanhamento dos colegiados e possivelmente demandará adaptações e inovações de ordem estrutural.

Cabe ao Conselho Universitário conduzir, com o apoio do Conselho de Coordenação do Ensino, Pesquisa e Extensão e dos demais colegiados e setores, observadas as atribuições específicas e os limites da própria Instituição, a continuidade do processo de implantação, nos seus desdobramentos internos e implicações externas, nas suas repercussões políticas e orçamentárias, no incentivo aos debates e projetos e na busca de condições que viabilizem as ações necessárias.

Em que pesem os diferentes níveis em que esta Política é compreendida e assumida, nossa expectativa é que os desafios por ela colocados sejam vividos em meio à renovação do diálogo e à conjugação de esforços entre Universidade, Mantenedora e outras instituições sociais identificadas com nossa proposta.

ALMIR DE SOUZA MAIA
Reitor

⁵ “Diretrizes do Plano de Trabalho” – gestão 1986/90, tópico 3.

⁶ “Diretrizes do Plano de Trabalho” – gestão 1991/94, tópicos 2.1, 2.2 e 3.1.

MANIFESTAÇÃO DO CONSELHO DIRETOR*

O Conselho Diretor do Instituto Educacional Piracicabano, representante da Igreja Metodista, busca um projeto de vida e sociedade fundamentado na noção do Reino de Deus, que “significa o surgimento do novo mundo, da nova vida, do perfeito amor, da justiça plena, da autêntica liberdade e da completa paz”.⁷ Essa noção inspirou Wesley a criar, na Universidade de Oxford (Inglaterra), no século XVIII, o movimento chamado Metodista, do qual somos herdeiros.

No Brasil, a UNIMEP é resultado desse processo, ao lado de dezenas de outras instituições do sistema metodista, filiadas ao Conselho Geral das Instituições Metodistas de Ensino (Cogeime), e de centenas de escolas e universidades espalhadas em vários países do mundo, com tradição secular.

O Conselho Diretor apreciou a “Política Acadêmica” da UNIMEP, entendendo que ela é resultado de um esforço participativo de toda a instituição. Está em consonância com as normativas do Conselho Geral e do Colégio Episcopal, estabelecidas quando da transferência da Instituição para a área geral da Igreja, e com os demais documentos oficiais metodistas. As posições assumidas pela Igreja propiciaram um espaço no qual foi possível o florescimento do fecundo processo de participação e discussão vivido pela Universidade, que culminou no estabelecimento da Política Acadêmica. O documento expressa um estágio de desenvolvimento da Universidade e contribui de forma decisiva para a construção de uma identidade institucional.

Concordamos com a manifestação do Conselho Universitário em seu todo, expressa, principalmente, quando “resgata e aponta elementos peculiares à história e à utopia unimepianas”. Essa linha de compromisso reafirma o diálogo da Universidade com as propostas educacionais da Igreja, especialmente com suas “Diretrizes para a Educação na Igreja Metodista”.

A clara busca de uma utopia pela Instituição só ocorrerá efetivamente no diálogo constante com a mantenedora no interior da própria Universidade e desta com a comunidade.

Por isso mesmo, esse documento não é final, é parte de um processo e expressa um momento histórico da Instituição.

A visão utópica do documento não elimina limitações próprias de uma instituição inserida no contexto de uma sociedade contraditória como a nossa. A implementação de qualquer ideal é um caminho permeado de tensões e conflitos e sua superação certamente requererá competência da comunidade universitária para situar-se, criativamente, nos limites impostos pela realidade.

O Conselho Diretor, nas atribuições que lhe são próprias, manifesta sua satisfação em aprovar a “Política Acadêmica” e em participar desse processo de institucionalização vivido pela Universidade Metodista de Piracicaba.

Piracicaba, 22 de agosto de 1992

JOSÉ GERALDO RIBEIRO DO VALE
Presidente

* Relativa à primeira edição.

⁷ “Plano para a vida e missão da Igreja” – ítem B-2.

POLÍTICA ACADÊMICA

INTRODUÇÃO

A Política Acadêmica da Universidade Metodista de Piracicaba busca orientar o seu movimento político-administrativo e é o resultado de um processo que teve como sujeito a comunidade acadêmica dessa Instituição. Os demais momentos deste processo foram sistematizados nos seguintes documentos: “O Ensino no contexto da Política Acadêmica”, “A Política de Pesquisa no contexto da Política Acadêmica”, “A Política de Extensão no contexto da Política Acadêmica”, “Proposta de Política de Capacitação Docente”, “Contribuição da Comissão de Pós-Graduação para o estabelecimento da Política Acadêmica” e “Sínteses de Fóruns de Política e Avaliação Acadêmicas de fevereiro de 1990 e de 1991”.⁸ A Política Acadêmica propõe um sistema de valores e ações que devem orientar a vida universitária e sua relação com a sociedade. Constitui-se numa peça normativa das práticas acadêmicas/administrativas e deve orientar outras peças existentes, como seu Estatuto e Regimento.

A Política Acadêmica tem a sua gênese nas práticas cotidianas da UNIMEP, num dada conjuntura interna e externa, é formulado na esfera do CEPE⁹ e deve envolver, no processo de sua materialização, os segmentos que compõem a comunidade unimepiana.

I. CONDIÇÕES HISTÓRICO-SOCIAIS DA POLÍTICA ACADÊMICA

A Política Acadêmica da Universidade Metodista de Piracicaba deve ser o resultado de um processo histórico iniciado quando da inserção do Instituto Educacional Piracicabano (IEP) no ensino superior. Na medida em que é um texto normativo da vida universitária a ter sua aprovação oficial no CEPE, justica-se narrar condições histórico-institucionais de sua emergência, no panorama das diferenciadas épocas de construção da UNIMEP.

A primeira incursão do IEP no 3.º Grau configurou-se nas Faculdades Isoladas e foi motivada por uma crise financeira conjugada com uma potencialidade em relação ao ensino superior. A expansão do ensino médio na década de 60 desarticulou as instituições de ensino metodista em geral e o Colégio Piracicabano em participar. O período das Faculdades Isoladas é marcado por uma intensa expansão física, pelo saneamento financeiro e por um relativo acúmulo de reservas de capital. Em contrapartida a esse crescimento, o processo educativo não assumiu relevância frente aos problemas decorrentes da crise financeira.

No ano de 1970, em plena privatização do ensino superior brasileiro, deu-se a sucessão do Diretor Geral da Instituição em meio a um descontentamento da academia e da Igreja Metodista do Brasil, então, a reivindicarem gestão colegiada e um Projeto Pedagógico para as Faculdades.

⁸ Esses documentos foram elaborados pelas Comissões do Conselho de Coordenação do Ensino, Pesquisa e Extensão (CEPE). Os documentos dos Fóruns estão no livro *Em Busca de uma Política Acadêmica*, publicado pela Universidade em 1991.

⁹ N.E.: atualmente denomina-se Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão (CONSEPE).

Inaugurava-se um outro período institucional em uma nova conjuntura brasileira, onde o 3.º Grau tornava-se um rentável negócio para as empresas de ensino. A Reforma Universitária promovida pela Lei 5.540/68 norteava esse nível de ensino, bem como instalara no País a “Universidade Tecnista”.

Nesse outro momento histórico, as Faculdade Isoladas do IEP tornaram-se as Faculdades Integradas do IEP. Esta mudança significou a autorização de um grande número de cursos em diferentes áreas do conhecimento pelo Conselho Federal de Educação e suas respectivas aberturas pelo Instituto Educacional Piracicabano, objetivando a constituição de sua universidade. Apesar da precariedade da infra-estrutura, da ausência de uma gestão colegiada e de muitas outras observações negativas, desde o ponto de vista atual, em 1975 instalava-se a Universidade Metodista de Piracicaba.

O regime autoritário, implantado com o golpe militar de 1964, começava a apresentar sinais de declínio e, sob pressão da sociedade civil, iniciava seu processo de “distensão política”. Essa conjuntura catalisou a reorganização dos movimentos sociais até então reprimidos, em particular os movimentos docente, estudantil e de um grupo de intelectuais à esquerda no interior da Igreja Metodista do Brasil. O reflexo dessa articulação na UNIMEP, deu-se, no âmbito da Igreja, com a organização gradativa de um nova composição do Conselho Diretor. As organizações, nos dois planos, preocupavam-se com o dever institucional. Reivindicavam descentralização na gestão universitária e refutavam, em sua maioria, o projeto pedagógico tecnicista instalado na Universidade Metodista de Piracicaba. O resultado dessa potencialização de intencionalidade e organização política foi uma crise político-institucional, que construiu as condições para a mudança ideológica do movimento institucional da Universidade.

O período que se seguiu mostrou negação completa do projeto pedagógico anterior, iniciou a vida colegiada na instituição e, ao longo de vários anos, conseguiu interna e externamente uma nova caracterização da UNIMEP. Essa nova caracterização, construída pelo movimento institucional, redefiniu as relações com a academia, com a cidade de Piracicaba, com a Igreja e com o Estado. Buscando fugir ao reprodutivismo imposto, através da conjuntura e da Reforma Universitária, a instituição estabeleceu relações, nos diversos âmbitos aludidos, que muitas vezes beiravam a hostilidade e a retaliação. Esse novo momento histórico da UNIMEP culminou em nova crise político-institucional no ano de 1985. Contudo, dada uma organização interna constituída pela maioria de todos os segmentos da instituição, com o apoio de alguns movimentos populares organizados, a crise é superada, possibilitando o estabelecimento de condições para um processo de institucionalização, no qual o princípio da autonomia universitária poderia ser garantido e a UNIMEP pudesse buscar sua ação política desde seu específico de ser universidade, sem contudo negar sua identidade construída no período anterior. A crise de janeiro de 85, que apontava a autonomia, solidariedade e democracia, impulsionou a democratização das relações de poder internas na Universidade e redefiniu sua relação com a Igreja, desligando-se da Quinta Região Eclesiástica, vinculando-se ao Conselho Geral da Igreja Metodista e posteriormente ao Colegiado Episcopal.

Na nova conjuntura brasileira, caracterizada por uma ênfase na abertura política, a sociedade civil buscava sua rearticulação na maioria de seus setores. No entanto, é relevante, aqui, destacar a atuação do Conselho de Reitores das Universidades Brasileiras (CRUB) e da Associação Nacional dos Docentes do Ensino Superior (ANDES). Essas duas organizações, com óticas diferenciadas, procuram resgatar a universidade como um espaço de produção e socialização do conhecimento. É nesse contexto nacional que, na UNIMEP, são produzidas as condições para a construção de uma Política Acadêmica que objetiva assegurar especificidade

universitária e tenha como ética a construção da Cidadania como Patrimônio Coletivo da Sociedade Civil.

É na historicidade da UNIMEP que deve ser compreendida a Política Acadêmica, com suas categorias, que constituirá o norte do movimento político-administrativo até que os agentes históricos produzam novas condições para mudanças. Ou seja, a Política Acadêmica traz as características de seu tempo e a intencionalidade daqueles que, no processo de sua construção, estiveram envolvidos.

II. A LÓGICA DA CONSTRUÇÃO DA POLÍTICA ACADÊMICA

A Política Acadêmica parte da realidade objetiva da Universidade, de sua natureza particular e confessional, com espírito público e comunitário, que é o seu concreto. Deve desenvolver-se sustentada em discussões internas, decorrentes de posições plurais de seus agentes, tendo como conteúdo a indissociação do ensino, pesquisa e extensão, contextualizada na realidade social. E a sua eficiência deve ser balizada na capacidade de dar respostas às necessidades da comunidade universitária e à sociedade, seja no âmbito conjuntural, seja no estrutural, segundo a ética que a orienta.

A construção da Política Acadêmica resulta da elaboração de documentos sobre as práticas desenvolvidas nas unidades, contextualizadas na universidade e na sociedade. Cada Comissão do CEPE sistematizou os documentos elaborados na área a partir de 1978, organizou eventos de socialização de práticas pedagógicas, de pesquisa e de extensão, ao mesmo tempo em que submetia as sínteses provisórias à crítica de seus participantes. Esse processo foi pontilhado pelos Fóruns de Política e Avaliação Acadêmicas de 1990 e 1991, com participação da comunidade acadêmica que, por seu turno, produziu as sínteses fundamentais. Isso significou a tradução conceitual dessas práticas, seu debate e sua nova sistematização.

O processo de construção das categorias da Política Acadêmica está vinculado à realidade histórica da UNIMEP, pois resgata seu passado, espelha o seu presente e projeta seu futuro. Dessa realidade emergem os elementos que permitem a elaboração das categorias da Política Acadêmica que devem orientar práticas do corpo social que compõe a universidade. No movimento institucional, tais práticas devem ser convertidas em *práxis*,¹⁰ pois, assim, novos elementos teórico-práticos serão construídos e permitirão o aperfeiçoamento conceitual, buscando melhor responder às questões colocadas pela realidade.

A compreensão de que a Política Acadêmica é processual significa que a sua sistematização exigiu um método que considera a realidade no seu devir. O conhecimento da realidade, sob a ótica da dialética, requer o seu desvelamento, considerando-a em constante transformação. Esse movimento é gerado, também, pelas inúmeras contradições colocadas pela atividade humana, contradições essas que, por sua vez, podem levar à síntese, no desenvolvimento desse processo. O conhecimento da realidade, pelo método dialético, significa captar seu movimento nas dimensões do concreto e do abstrato. A construção da Política Acadêmica, referenciada nesse método, institui o concreto como sendo o processo do desenvolvimento da UNIMEP e o abstrato como sendo o concreto pensado pelos sujeitos cognoscentes, que, por meio da sistematização da Política Acadêmica, captam um momento desse processo. A sistematização da Política Acadêmica contém propriedades essenciais que,

¹⁰ O conceito de *práxis*, em conformidade com o método utilizado, é ação humana refletida conscientemente. Não é só ação porque, nesse caso, se confundiria com ativismo. Não é só reflexão pois, então, se cairia no puro teorismo imobilista ou na pura abstração. É síntese desses dois momentos, objetivando a transformação da realidade,

convertidas em categorias teóricas, expressam conceitualmente a inteligibilidade do fenômeno UNIMEP, ao mesmo tempo que a sua substância é dada pela práxis dos atores da instituição. Nesse sentido, a Política Acadêmica constitui o desvelamento do concreto da UNIMEP pelos agentes que fazem a sua história – com o objetivo de transformá-la na direção do cumprimento de sua natureza, como universidade, mas com a peculiaridade de ser UNIMEP.

III. AS CATEGORIAS DA POLÍTICA ACADÊMICA

O Projeto Pedagógico da UNIMEP é a concretização da Política Acadêmica numa dada conjuntura histórica e institucional, tendo como dimensão ética a construção da cidadania como patrimônio coletivo da sociedade civil. O Projeto Pedagógico consubstancia-se na materialização do Processo de Ensino e Processo Administrativo. Esses processos, por sua vez, resultam de práticas realizadas pelos atores que compõem o corpo social da UNIMEP.

O Projeto Pedagógico dar-se-á na síntese dos Projetos Pedagógicos de suas unidades e sub-unidades, mediante a ação de seus agentes, unificados em torno da Política Acadêmica.

A ética que rege o Projeto Pedagógico – a construção da cidadania como patrimônio coletivo da sociedade civil – deve ser compreendida como a utopia a ser buscada no universo unimepiano e na relação com o conjunto da sociedade. Com isso, transforma-se numa tese aberta, como possibilidade de ação para a transformação conjuntural e estrutural da sociedade, mas é precisa na negação da manutenção de uma sociedade que relega o homem à condição de objeto de exploração e opressão. Seu caráter de “tese em aberto” incentiva a comunidade unimepiana a instaurar espaços democráticos que primem pela radicalidade do debate de idéias sob o referencial do compromisso que a UNIMEP, historicamente, vem concretizando na relação com segmentos da sociedade que lutam pelo resgate da dignidade e liberdade humana, e, assim, realizam a (des)construção do sistema de valores necessários para um novo projeto de sociedade.

Os Projetos Pedagógicos dos Cursos e Departamentos,¹¹ que precisam alcançar uma síntese que represente o Projeto Pedagógico das Faculdades, devem materializar o Processo de Ensino, tornando indissociáveis o ensino, a pesquisa e a extensão. O Processo de Ensino é a “ação educativa” que os conjuga e consubstancia a ética da construção da cidadania na sua dimensão universal.

Na dimensão particular, o Processo de Ensino contém as vertentes da produção e da socialização do saber. Na vertente da socialização do conhecimento, o relevo se dá ao ensino. A indissociação de ensino, pesquisa e extensão será assegurada pela exposição do conhecimento produzido, pela exposição da sua historicidade, contemporaneidade e relevância. Na vertente da produção do conhecimento, o relevo se dá à pesquisa e à extensão.

O ensino constitui-se na ação pedagógica que busca socializar o conhecimento acumulado pela humanidade no contexto dos Projetos Pedagógicos de cada curso. Nessa dimensão particular está o lugar do conteúdo científico de cada área de saber da universidade. No contexto de cada área científica, ao lado da exposição do conhecimento produzido pela humanidade, deve ser inseparável a apresentação do método de sua construção. É necessária a articulação entre método e conhecimento, associando-se a exposição do saber à pesquisa, teoria e prática. Além disso, em tal processo articulado de exposição do saber produzido, há que se cuidar de explicitar a inserção desse conhecimento no social, tanto na história de sua construção quanto na sua contemporaneidade e relevância, o que garante a associação à extensão. Desse modo, a

¹¹ Os Centros e Departamentos eram unidades e subunidades que compunham a estrutura da Universidade ao tempo em que a Política Acadêmica foi elaborada e que, desde 1999, não mais subsistem: os Centros foram substituídos por Faculdades e os Departamentos, extintos.

articulação entre método e conhecimento deve contemplar sua própria historicidade e sua contemporaneidade, superando-se o reprodutivismo do conhecimento. A apresentação pura do conhecimento produzido nega sua intencionalidade e o contexto ideológico de sua produção, o que reduziria a ação pedagógica a um reprodutivismo acrítico, impossibilitando ao aluno “saber aprender por si”, negando-lhe a própria emancipação. Por outro lado, a socialização pedagógica assim concebida enseja o desenvolvimento do espírito de pesquisa nos alunos, orientando-os a atuarem profissionalmente com perspectiva investigadora e a estabelecerem, como profissionais, uma *práxis* na sociedade comprometida com o exercício da cidadania e sua construção universal. Se o ensino que se orienta ao aluno deve carregar as dimensões acima, a direção social dessa atividade, por lidar com questões colocadas pela relação universidade e sociedade, contribui para modificar os próprios conteúdos das disciplinas.

É nesse contexto que se encontram as práticas de estágio, incluindo a elaboração de monografia. Estágio e monografia se localizam no espaço da *práxis*, entre a prática e a teoria, desvelando tanto a questão do método da produção do saber de cada área científica quanto o lugar social do exercício profissional, sua contemporaneidade e relevância, no contexto do exercício da cidadania, e sua construção universal. Nessa linha orientadora, estágio e monografia constituem momentos privilegiados de avaliação do curso na sua estrutura pedagógica – perfil, objetivo, grade curricular e ementário – e na sua apetência para o saber novo, suscitada, precisamente, pelos desafios novos a enfrentar e superar.

A dimensão ético-valorativo da pesquisa tem, pelo menos, duas direções. A primeira emerge do fato de que a Universidade é geradora de questionamentos e propostas que busquem respostas científicas a problemas situados na comunidade a que deve servir. Esse fato exige permanente análise da relação sociedade/universidade, de modo que a produção do saber se torne serviço científico, social e cultural que responda às exigências de nossa realidade regional e nacional. A segunda direção parte do princípio ético de que só haverá sociedade digna desse nome onde for possível o mais amplo compartilhar do bem comum, em bases sociais, econômicas e culturais justas, e onde a participação democrática, na construção desse mesmo bem, seja amplamente garantida a todos.

No que diz respeito à dimensão particular do Processo de Ensino e na vertente da socialização do saber, a pesquisa deve orientar o primeiro nível básico da iniciação científica, por meio da promoção de oportunidades para o aluno desenvolver uma postura crítica perante a ciência. Nesse primeiro nível, localiza-se o conhecimento do método da produção do saber acumulado, nível básico que sustentará a eventual possibilidade de investigação/produção do conhecimento. A sala de aula é espaço privilegiado de elaboração teórica: ao lado da prática de estágio e elaboração de monografia, ela deve despertar para a pesquisa e para a extensão.

Ainda nessa dimensão particular do Processo de Ensino, a segunda vertente da pesquisa é a apetência para o saber novo no mesmo contexto ético-valorativo já mencionado. Aqui se situa a prática da pesquisa propriamente dita. Nessa dimensão específica, a pesquisa comporta a pluralidade metodológica, contribuindo para o equacionamento de problemas no âmbito regional e nacional.

Na sua interação com a extensão, a partir da dimensão ético-valorativa, o trato com a produção do saber novo nos obriga a localizar nossa tarefa no contexto maior da sociedade e na conjuntura de nosso tempo; aqui também há que se contextualizar a pesquisa propriamente dita às questões sociais e à busca de relevância. Nenhuma de nossas atividades pode ser organizada à margem das questões que emergem da sociedade contemporânea.

No que diz respeito à socialização do conhecimento produzido, deve-se partir do princípio de que esse conhecimento não é propriedade do pesquisador ou da instância estrutural na qual a

pesquisa é desenvolvida, nem na Universidade. Esse saber deve ser socializado de acordo com os princípios e categorias da Política Acadêmica, que, por sua vez, norteou o Projeto Pedagógico da unidade responsável pela pesquisa.

A extensão, em sua dimensão ético-valorativa, ocorre quando a universidade, por meio de seus cursos ou institucionalmente, cria instrumentos que interpretem a situação histórico-cultural da totalidade, na direção de um compromisso com as lutas de transformação social centrado na construção da cidadania como patrimônio coletivo da sociedade. Essa orientação tanto pode se dar em sala de aula ou no estágio, quanto por meio de projetos/programas de intervenção na comunidade. Os projetos/programas de extensão devem privilegiar a construção da cidadania aos segmentos da população que, numa dada conjuntura, constituem forças sociais e políticas potencialmente transformadoras da sociedade, devido às tendências contraditórias de seu desenvolvimento histórico-social. A extensão não se define pela escolha de populações – favelados, operários, micro-empresários, entre outros – nem pelo espaço geográfico onde se localiza – periferia, entidades populares, entre outros. Assim, os parâmetros para a escolha da população não são empíricos ou pragmáticos, mas ético-valorativos.

Na dimensão particular do Processo de Ensino, na vertente da socialização do conhecimento, a extensão é materializada ao examinar-se a historicidade do conhecimento produzido pela humanidade, o contexto social de sua produção, sua contemporaneidade e relevância, sob a ótica das transformações estruturais e conjunturais da sociedade. Em outros termos, a exposição do conhecimento deve explicitar sua configuração na estrutura e conjuntura da sociedade e sua inserção no espaço sócio-econômico-político. Essa concepção contribui para formar o profissional-cidadão que supera a visão tecnicista. Ao superar o tecnicismo, resgata a dimensão técnica do saber, na medida em que esta configura instrumento de diagnóstico, abrindo espaço para eventual intervenção na realidade social. Nesse sentido, os estágios podem configurar, nas circunstâncias já mencionadas, como espaços de extensão.

Na vertente da produção do conhecimento, a extensão deve constituir-se em intervenção/investigação por meio de metodologias que transformem o conhecimento em um bem social e, como tal, seja apropriado pela sociedade, no contexto da construção da cidadania. Os objetivos e metodologias desses programas/projetos devem garantir que o saber novo não seja expropriado do objeto que lhe deu origem. Sua socialização deve dar-se por meio de mecanismos que respeitem o *ethos* cultural da população envolvida. Igualmente a socialização do novo saber deve ocorrer na comunidade universitária, na qual poderá ser avaliado sob a ótica de princípios da contemporaneidade e da relevância e dos métodos científicos.

Nessa vertente da produção do saber novo, a extensão será, necessariamente, uma via de mão dupla em que a comunidade acadêmica encontrará a possibilidade para o exercício da *práxis*, tecendo relações com agentes sociais que compartilham a ética da construção da cidadania. Nessas relações, precisará haver a convivência do saber acadêmico, sistematizado, e o popular, tendo como conseqüência a produção do conhecimento resultante do confronto com a realidade regional ou nacional.

O Processo Administrativo deve dispor das condições objetivas para a consecução do Processo de Ensino. Nesse sentido, cabe ser compreendido como o meio para se consumir um fim intencionalmente e coletivamente colocado: a produção do saber e a formação profissional referenciadas na cidadania como patrimônio coletivo da sociedade civil.

Não há uma relação linear entre os fins propostos e os meios construídos para a sua consumação. A relação dinâmica entre os meios e os fins é tal que, ao final de um estágio do processo, um “produto delimitado” não será a imagem do fim inicialmente colocado pela coletividade, tampouco esta coletividade será a mesma. Os meios, ao serem construídos para

determinado fim, influenciam e sofrem a influência do que se pretende construir. Essa relação é viva ao longo de todo o processo de trabalho de criação, modificando todos os agentes e coisas nele envolvidas. Portanto, não há linearidade na relação entre meios e fins, mas sim uma relação de influência recíproca que coloca o processo de construção em movimento, referenciado, também, pelo princípio ético-valorativo da construção da cidadania.

O Processo Administrativo pode ser subdividido em administrativo acadêmico e administrativo da infra-estrutura de apoio. Essas instâncias sustentam-se na estrutura da universidade e na sua organização colegiada interdisciplinar. Se a estrutura é ainda normatizada pelo Estado, a organização possui mobilidade condicionada à vontade política da comunidade para ensejar, inclusive, ensaios de alteração estrutural.

As duas instâncias imanentes ao Processo Administrativo, estrutura e organização, influenciam-se reciprocamente e podem transformar-se, através do movimento institucional, que por sua vez é balizado por ambas.

Os agentes do Processo Administrativo devem atribuir às suas práticas o sentido de contribuição para consubstanciar a Política Acadêmica. Dessa forma, é fundamental que se localizem, no processo, como atores sociais, distintos de seus instrumentos de trabalho, desenvolvendo relações individuais e coletivas, referenciadas na ética da Política Acadêmica.

IV. DAS CONDIÇÕES PARA REALIZAÇÃO DO PROJETO PEDAGÓGICO

DO REGIME DE DEDICAÇÃO DOCENTE

Para a concretização do Projeto Pedagógico Institucional, a Universidade Metodista de Piracicaba deve ter seu corpo docente constituído, em sua maioria, por professores em regime de dedicação, parcial ou integral, com condições para o desenvolvimento do ensino, da pesquisa e da extensão, bem como de sua conjugação, de acordo com o conceito de Projeto Pedagógico Institucional e, conseqüentemente, com o Projeto Pedagógico de cada Unidade Acadêmica.

DAS LINHAS E METAS DA CAPACITAÇÃO DOCENTE E DO TRABALHO DOCENTE

A Capacitação Docente deve desenvolver-se em duas linhas: na área específica de conhecimento e na capacitação institucional. A primeira linha de capacitação é função da área de conhecimento do docente; guarda uma relação com o projeto pedagógico da unidade e sub-unidade e deve ser concluída em tempo previsto, tendo em vista as necessidades dos projetos da sub-unidade, enquanto que a segunda sustenta-se nas categorias da Política Acadêmica. A Universidade deve propiciar condições para as capacitações específica e institucional, e seus docentes devem se compromissar formalmente com as duas.

A capacitação institucional é processual e precisa permitir que o professor, na sua prática docente, materialize o processo de ensino, seja em relação à dimensão universal – a construção da cidadania –, seja em relação à dimensão particular nas suas duas vertentes: a produção e a socialização do conhecimento. Deve também instrumentalizar o professor quanto aos aspectos didático-pedagógicos da docência.

A instrumentalização do professor para a socialização do saber acumulado e para a produção do novo saber requererá o envolvimento e a contribuição de várias ciências que subsidiem a capacitação institucional. Isso porque há que se garantir a assimilação, pelo professor, das categorias da Política Acadêmica e da instrumentalização didático-pedagógica do trabalho docente, numa prática pedagógica que permita a socialização dos conhecimentos produzidos, o método da sua produção, sua historicidade e relevância.

Há uma estreita relação entre o regime de trabalho docente e as condições para o desenvolvimento da capacitação específica – da área de conhecimento – e da capacitação institucional – do processo de ensino. Assim, os índices quantitativos referentes ao regime de trabalho e a capacitação devem ser definidos pelo Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão, homologados pelo Conselho Universitário e deferidos pelo Conselho Diretor. Dessa forma, esses aspectos conjunturais têm suas metas e programas amplamente discutidos e definidos a cada Reitorado.

IV. AVALIAÇÃO

A Avaliação deve acontecer em todos os níveis da Universidade: da Instituição, da Faculdade, do Curso e do Plano de Trabalho Docente. Deve ser sempre de natureza qualitativa, sustentada nos critérios normativos da Política Acadêmica e nos Projetos Pedagógicos das unidades e sub-unidades. Os Projetos Pedagógicos das unidades devem manter uma relação com os currículos dos cursos da universidade que, por sua vez, precisam ser considerados como condição essencial para viabilizar e reorientar os Projetos Pedagógicos.

A Avaliação Institucional será feita na forma de “Fóruns de Política Acadêmica” anuais e suas sínteses devem orientar as avaliações cotidianas em todos os outros níveis – da relação professor/aluno, da avaliação discente, da avaliação docente, das reformulações curriculares –, sem, no entanto, nelas interferir.

Assim, embora organicamente relacionadas, todas as avaliações são formalmente autônomas e independentes. A Avaliação Institucional pressupõe processos específicos de reflexão rotineira que sistematizem os conteúdos e reorientem o processo. Nessa reflexão devem estar presentes elementos externos, garantindo o compromisso de diálogo constante da Universidade com a comunidade.